



CÂMARA
Municipal de Maceió

Ofício GP nº 1107/2020

Maceió, 17 de dezembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

Rui Soares Palmeira

Prefeito de Maceió

Excelentíssimo Prefeito,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

Secretaria Municipal de Administração, Recursos Humanos e Patrimônio
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação

Sistema Unificado de Protocolo

Processo Nº 00100.077957 / 2020 Tipo: Físico

Local origem: 0100 - GP

Sector origem: 0215 - PROTOCOLO SETORIAL - GP

Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIO

Data: 18/12/2020 12:03:03

Natureza: 4595 - OFÍCIO

Assunto: OF Nº1107/2020 - ENCAMINHAMENTO DE PROJETO DE LEI Nº7.419

Estamos através do presente, encaminhando o **PROJETO DE LEI Nº 7.419** aprovado nesta Casa Legislativa.

Reapresentamos nossos protestos da mais elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

KELMANN VIEIRA DE OLIVEIRA
Presidente

CÓPIA



PROJETO DE LEI Nº 7.419
PROJETO DE LEI Nº 115/2019
Autor: VER. KELMANN VIEIRA

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AFIXAREM INFORMATIVO NA FORMA DE PLACA OU CARTAZ, CONTENDO OS DEZ "DIREITOS ESSENCIAIS" DO CONSUMIDOR.

A Câmara Municipal de Maceió Decreta:

ART.1º Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços localizados no município de Maceió deverão afixar junto aos caixas ou, na falta desses, em local visível e de fácil acesso e leitura, placa ou cartaz contendo os dez "direitos essenciais" do consumidor, nos termos do anexo único desta Lei.

§ 1º A placa ou cartaz deverá ser confeccionada no tamanho mínimo do formato A4, com texto impresso nos moldes exatos do Anexo Único.

§ 2º Nas placas ou cartazes referidos no caput deste artigo, não poderá constar qualquer vinculação de imagem, símbolo, logomarca ou informação relativa a qualquer pessoa jurídica, entidade ou associação civil não integrante da estrutura do PROCON.

ART.2º O descumprimento total ou parcial desta Lei implicará:

- I - a notificação da irregularidade constatada em ato fiscalizatório do órgão competente para que seja sanada no prazo improrrogável de 7 (sete) dias, incluindo-se sábados, domingos e feriados, contando-se o prazo a partir do primeiro dia útil subsequente à data da notificação;
- II - a penalidade de multa conforme a capacidade econômica do estabelecimento, se descumprida a notificação;
- III - a aplicação da multa em dobro, caso um infrator já punido pela infração prevista nesta Lei seja reincidente no cometimento do ato.

Parágrafo único. As multas aplicadas serão revertidas em favor do PROCON municipal.

Art. 3º - Compete ao PROCON municipal a fiscalização e aplicação das penalidades previstas no artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor no prazo de 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

OS DEZ "DIREITOS ESSENCIAIS" DO CONSUMIDOR

1º INFORMAÇÃO SOBRE O PRODUTO OU SERVIÇO - é direito do consumidor ter acesso às informações sobre qualquer produto, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem, e é dever do fornecedor divulgar a forma adequada de consumo; Art. 6º, III (CDC)



CÂMARA
Municipal de Maceió

2º PROTEÇÃO CONTRA A PUBLICIDADE ENGANOSA E ABUSIVA - Publicidade coercitiva, abusiva, inverídica, desleal e omissiva, bem como cláusulas contratuais desproporcionais ferem o direito do consumidor; e em caso de divergência de preços para o mesmo produto, o consumidor pagará o de menor valor; Art. 6º, IV, V; Art. 37 (CDC)

3º LIBERDADE DE ESCOLHA - é direito do consumidor escolher o produto ou serviço que achar melhor, sem interferência e insistência do fornecedor, bem como é proibida a venda casada; Art. 35 (CDC)

4º PRODUTO OU SERVIÇO COM VÍCIO NÃO SANADO DEVE SER SUBSTITUÍDO, ou RESTITUÍDO O VALOR PAGO, ou OCORRER ABATIMENTO NO PREÇO - é dever do fornecedor sanar vícios no prazo máximo de trinta dias, não sendo resolvido o problema é direito do consumidor escolher entre a substituição do produto, restituição da quantia paga, ou abatimento proporcional do preço; Art. 18, § 1º (CDC)

5º RECLAMAÇÕES NO PRAZO DE 30 OU 90 DIAS - é direito do consumidor reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação em trinta dias, para produtos não duráveis, e noventa dias, tratando-se de produtos duráveis; Art. 26, I e II (CDC)

6º COBRANÇA VEXATÓRIA - é direito do consumidor não ser exposto a cobrança ridícula ou intimidadora, ainda que inadimplente; Art. 42 (CDC)

7º COBRANÇA INDEVIDA - é direito do consumidor ser restituído em dobro quando houver pago valor cobrado indevidamente pelo fornecedor; Art. 42, P.Ú (CDC)

8º DIREITO DE ARREPENDIMENTO - é direito do consumidor, quando efetua compra fora do estabelecimento físico, desistir do contrato no prazo de sete dias, e dever do fornecedor, devolver o valor pago; Art. 49 (CDC)

9º QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - é direito do consumidor receber atendimento de qualidade por parte dos órgãos públicos ou empresas concessionárias desses serviços; Art. 22 (CDC)

10º ACESSO AOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E ADMINISTRATIVOS - é direito do consumidor ser atendido tanto no judiciário como no PROCON para fazer valer seus direitos. Art. 6, VII (CDC)

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2020.


KELMANN VIEIRA DE OLIVEIRA
Presidente

MARIA DE FÁTIMA GALINA F. F. SANTIAGO
1ª Vice-Presidente


SILVÂNIA BATINGA DE OLIVEIRA BARBOSA
2º Secretária


ANTÔNIO HOLANDA COSTA
2º Vice-Presidente


CARLOS B. FALCÃO BREDA
1º Secretário


JOSÉ MÁRCIO DE MEDEIROS MAIA JÚNIOR
3º Secretário